



Guerra e Terrorismo: os diferentes discursos e enquadramentos da mídia¹

Antonio Brotas²

Faculdades Jorge Amado (FJA)

Resumo

O texto apresenta os discursos e enquadramentos predominantes na cobertura da ocupação americana em 2003, presente no Jornal Folha de São Paulo. A análise debate como uma cobertura conduzida pela ênfase nos discursos dos líderes políticos, oriunda das agências internacionais, conduziram a um resultado em que durante a guerra do Iraque foi relatada a partir dos enquadramentos políticos e militares. No período de ocupação, marcado pelos atentados terroristas, o enquadramento humano ganha destaque, aparecendo à questão religiosa como paradigma de compreensão das ações terroristas.

Palavras-chave

Guerra, Jornalismo, Terrorismo

Jornalismo e Guerra

Após o 11 de setembro de 2001 e as posteriores invasões ao Afeganistão e Iraque, questões referentes ao Oriente Médio, ao conflito da Palestina, à Cultura Muçulmana, e ao Terrorismo Islâmico tornam-se recorrentes na cobertura jornalística em todo o mundo. Agências de Notícias, emissoras de televisão, sites e jornais de todo o mundo investem milhões para tentar noticiar esta parte do mundo, que por muito tempo ficou ausente da mídia. A grande visibilidade conferida pelos veículos noticiosos, entretanto, não reduziu os estereótipos, nem as representações que associam todos os aspectos do mundo islâmicos à religião, desconsiderando a diversidade de uma região que abriga bilhões de pessoas³.

Ao descartamos o paradigma da objetividade, para entender porque estas representações chegam aos jornais, temos de reconhecer que o acontecimento jornalístico é uma seleção, um recorte da realidade, a partir do que identificamos,

¹ Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres.

² Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), jornalista e professor de Jornalismo e coordenador do núcleo Observatório da Mídia (Obmídia) das FJA.

³ A antropóloga Urpi Montoya (2005) aponta os muçulmanos eram percebidos pelos europeus como perigo, a partir da expansão e conquista territorial. Com as Cruzadas, passa a ser percebido como herege, que precisa ser eliminado. No século XVII e XVIII, emerge o exotismo romântico. No século XIX, surge o orientalismo, que compreende imagens e fantasias sobre uma região do mundo chamada Oriente.

daquilo que julgamos notável. Acontecer para o jornalismo é uma questão em que estão envolvidos elementos sócio-históricos e culturais.

As imagens sobre o mundo muçulmano, construídas a partir de elementos etnocêntricos, que associam toda uma população, ao atraso, ao fanatismo e extremismo religioso, também definem a esfera de consenso que o jornalismo internacional utilizou para reportar a guerra do Iraque. Um consenso que se expressa nas imagens, editoriais, reportagens, o que torna inevitável uma avaliação sobre este padrão e a sua interpretação pelos veículos brasileiros.

A guerra é um acontecimento que implica em grandes transformações nas sociedades envolvidas no conflito, promovendo mudanças nas relações sociais, econômicas, governamentais, espaciais e de costumes. A cobertura de guerra, deste a constituição do jornalismo moderno, sempre despertou uma mística de prazer, mistério, grandiosidade e aventura cristalizada na figura do correspondente. Mas a guerra, enquanto acontecimento, é para o jornalismo um momento singular que guarda um paradoxo. Por suas características de acontecimento importante (Gomis, 2002), de difícil cobertura, mas que não pode deixar de ser dito, a guerra desperta atenção do campo profissional, acelera rotinas, modifica modelos operacionais, facilmente integra a agenda midiática, impondo-se como referência, fazendo com que os veículos dispensem grandes somas de recursos para cobri-la. Em contrapartida, a guerra também é cercada de desafios que incluem a falta de segurança, a dificuldade de locomoção e acesso às principais frentes de batalha, o controle de informações e dispersão de referências das verdades do conflito.

Na nossa cultura noticiosa, uma guerra é um mega-acontecimento que traz consigo mudanças ou reajustes nas relações de poder, quebra a capacidade de previsibilidade do cotidiano das populações envolvidas, tornando aberta à rotina, promove destruição física e alimenta a expectativa do horror, da brutalidade, da violência. Estas características fazem da guerra um acontecimento jornalístico de natureza especial, que provoca temor e expectativas, aciona o imaginário e amplia as contradições das diretrizes balizadoras do jornalismo ocidental como o ideal da objetividade.

As guerras contemporâneas, com suas disputas físicas, interpretativas e comerciais, tentativas de manipulação, controle da informação, ameaças e constrangimentos tornam o jornalismo uma peça fundamental no embate e fazem da cobertura uma guerra particular travada pelos meios, que disputam a imagem, o furo, o anunciante, o acesso privilegiado a fontes dos governos. Neste cenário, importante para a caracterização do

inimigo e para buscar adesão às interpretações dos atores políticos envolvidos no conflito, é importante afirmar que “a mídia faz parte da guerra e jornalistas transformam-se em alvos e protagonistas indiretos do conflito” (Goyzueta, 2004).

A capacidade dos meios em agendar temas, definindo o menu de assunto sobre os quais os indivíduos na sociedade devem pensar e influenciando a agenda pública e política torna o jornalismo detentor de poderes capazes de desestabilizar governos, impulsionar causas humanitárias ou, pelo contrário, ratificar padrões de violência e injustiça. (Sousa, 2002). É este poder do jornalismo em ajudar a definir a realidade social, apontando os temas e as principais interpretações (enquadramentos) relevantes na sociedade, repercutindo em rede e invadindo as relações interpessoais, que chama a atenção dos governos, os quais buscam dominá-lo, de modo a fazer uso propagandístico. (Porto, 2002). Num cenário de guerra, as organizações midiáticas, jornalistas, militares, políticos e as organizações não-governamentais (ONGs) têm consciência deste poder e estão em concorrência para definir, não apenas o que se tornará notícia, mas em que perspectiva. A batalha também é discursiva.

Na realidade, os Atentados de 11 de Setembro, estampados nas primeiras páginas de veículos mais importantes do mundo, criaram o clima de revanche que se disseminou nos Estados Unidos e encontrou rapidamente eco na mídia. O sentimento de orgulho ferido foi amplamente propagado pelos meios. A tensão e ânsia em punir os culpados e todos suspeitos, leva o país e a mídia à Guerra do Afeganistão, apontando, de forma mais extremada, a posição do jornalismo internacional contra os bárbaros das montanhas afegãs, contra os loucos de turbantes. Para a maioria dos analistas, o jornalismo internacional seguiu o mesmo padrão patriótico exacerbado no 11 de Setembro, enquadrando a guerra como uma reação legítima dos americanos contra o Talibã, visto como um grupo de fanáticos islâmicos que personificavam o mal. É o choque de civilizações. O choque cultural entre o mundo desenvolvido, humanístico e democrático contra os atrasados, violentos, sanguinários e fanáticos. Esta condição silenciou os meios de comunicação, implantou a autocensura e promoveu no jornalismo mais que um olhar cultural, mas uma adesão a um projeto político que soube utilizar dessas imagens, personificar o inimigo para fazer valer seus propósitos.

Neste momento, as teses de Bernard Lewis (1996) e Samuel Huntington (1997) são hegemônicas no jornalismo internacional. O primeiro defende que os muçulmanos ressentem em não estarem em desvantagem ao Ocidente, visto que já foram superiores

em termos materiais e culturais. A saída para estes povos, portanto, é assimilar a modernização ocidental, eliminando de sua cultura os elementos que travam a modernização, sobretudo no que diz respeito às leis islâmicas. Huntington, estrategista político norte-americano, aponta uma rivalidade histórica entre Ocidente e o Islã, ou seja, o problema é a civilização islâmica que pensa sua cultura como universal, mas está obcecada com a inferioridade do seu poder.

O imenso consenso obtido pelo governo americano, centrando o debate na questão cultural, em que este outro era a personificação do atraso, do mal, tornou a Guerra do Afeganistão num acontecimento midiático, com enquadramento fechado com versão oficial da Casa Branca, aceitando como legítimo quase tudo na luta contra o terrorismo.

Desvios na cobertura

A coalizão no conflito do Iraque em 2003, em comparação ao Afeganistão, é mais frágil, impondo um cenário diferente, sem o monopólio da mídia, nem da ONU e convivendo com o clamor mundial pela paz, expresso pelas multidões que invadiram as ruas dos principais centros urbanos do mundo. Lins da Silva (2004), aponta, após análise da mídia dos Estados Unidos, que um terço dos jornais americanos deram apoio irrestrito ao governo Bush, originado principalmente dos conservadores Wall Street Journal, New York Post, Fox News. Críticas amenas, entretanto, surgiram no New York Times, Washington Post e na CNN.

As notícias que chegaram aos jornais brasileiros e alimentaram veículos do mundo inteiro, através das agências de notícias e parcerias entre os jornais, por sua vez, tinham como marca as mensagens enviadas pelos jornalistas Embedding – embutido, encaixotados, o que para alguns analistas da mídia internacional significou sepultado. Um total de 700 jornalistas americanos e britânicos. Vivendo com os soldados, alimentando-se no mesmo local, partilhando os mesmos medos, os jornalistas acabaram reportando a guerra com olhos de soldado. Suas imagens, som de tiros, discursos controlados, ao invés de apresentar os acontecimentos, obscureceram a guerra que o cercava. Além dos jornalistas encaixotados, a estimativa é de cerca de 2000 independentes se instalaram no Kuwait, fator que promove tensões no projeto político de controle interpretativo do jornalismo.

Fontenelle (2004), ao analisar o comportamento dos jornalistas britânicos no Iraque, oferece importantes detalhes sobre rotinas e relacionamento profissional durante a

guerra. Com o controle definido e certa adesão da opinião pública do país, o governo americano não teve dificuldade em fazer valer suas interpretações sobre o conflito. Para o governo britânico, a situação era diferente. Com a opinião pública do país completamente contrária à guerra, as autoridades preferiram facilitar o acesso aos campos de batalha e a oficiais de alta patente do exército, além de disponibilizar o que havia de mais avançado em tecnologia de comunicação.

No Iraque, o governo instalou a Unidade Móvel de Transmissão (UMT), também conhecido como Centro de Informação e Imprensa no Campo, ou Hub, que funcionava local de edição de imagens e depoimentos capturados pelos repórteres engajados às tropas em diversas partes do Iraque. Na unidade, os âncoras entravam ao vivo, veiculando reportagens enviadas pelos engajados, junto com informações que obtinham com os oficiais. Mesmo oferecendo tudo o que os jornalistas precisavam para exercer suas atividades, a UMT não tinha o principal: acesso imediato aos fatos. Os veículos disponibilizados pelo exército não eram blindados, o que impedia o transporte de jornalistas aos campos de batalha. Isso causou várias discussões entre os jornalistas e o cel. Sean Tully, comandante das operações.

A distância dos acontecimentos e a ânsia em obter informações foram elementos que facilitaram a divulgação de informações falsas como uma suposta rebelião em Basra. Some-se ainda o fornecimento de informações inexatas, que tinham apenas a função de levantar o ânimo dos soldados e abalar a confiança do governo iraquiano, ou seja, informações propagandísticas, que foram publicadas com certa complacência dos jornalistas. Entre os americanos, as “informações” partiram do CentCom, Centro de Mídia do Comando Central, situado em Doha, Qatar, que tornou-se uma grande frustração para os jornalistas. Nada de importante era revelado. A nulidade das entrevistas concedidas pelo general Tommy Franks e os assuntos irrelevantes comentados pelos militares fizeram com que jornalistas como Bob Roberts, do The Daily Mirror, reduzisse sua expectativa de fazer uma reportagem por dia, para apenas três ou quatro, em cinco semanas.

A autora identifica que os correspondentes, em sua maioria, não apontavam a presença da censura aos seus materiais, exceto aqueles que foram estabelecidos nas normas de cobertura como o número de tropas, aviões e navios das unidades; nomes e localização de instalações militares ou unidades ou imagens que as identifiquem; informação sobre operações militares futuras, táticas e procedimentos; nenhuma foto ou imagem de prisioneiros de guerra mostrando a face, etiqueta com nome ou qualquer elemento de

identificação; foto ou vídeo de operações de custódia ou entrevistas. Cerca de cem jornalistas estavam sob a proteção do governo iraquiano, que definia a entrada e saída do hotel, as entrevistas com iraquianos e seus intérpretes.

Dependente das agências de notícias, os jornais Folha de São Paulo fizeram uma cobertura da guerra do Iraque que aponta a continuidade do padrão do nós contra eles, do jornalismo patriótico, ao mesmo tempo que apresenta desvios, ao criticar a política externa americana e o presidente Bush. A tentativa da Folha em potencializar os trabalhos dos seus correspondentes nas principais cidades dos EUA, Europa e Iraque, levar a desvios do material distribuído pelas agências internacionais, no jornalismo brasileiro. No plano cultural, entretanto, prevalece a caracterização estereotipada dos árabes e da religião islâmica, em suma, de um olhar culturalmente marcado.

A Folha de São Paulo garantiu a presença de uma equipe jornalística no centro da guerra e em pontos estratégicos de informação espalhados pelo mundo. Sérgio Dávila e Juca Varella acompanharam in loco as operações da guerra. Entre os correspondentes internacionais estavam Fernando Canzian, em Washington, Roberto Dias, em Nova York, Fernando Eichenberg, em Paris, e Michel Gawendo, em Tel-Aviv.

Como destaca nosso bolsista de iniciação científica, Renan Pinheiro (2004:8)

“ao mesmo tempo em que se constata a escassez de enquadramento humano, percebe-se que o predomínio de fontes oficiais também é uma realidade na cobertura. Os civis, no geral, pouco manifestaram na Folha suas opiniões concernentes ao ataque norte-mericano. Ouvem-se apenas altos funcionários iraquianos. Mesmo no material enviado pelos correspondentes nos EUA e Europa. O trabalho de Sérgio Dávila e Juca Varella destoa deste padrão ao permitir a presença de civis”.

O trabalho de Dávila e Juca Varella destoa, desvia-se dos relatos dos encaixados, aproximando-se das constatações de Robert Fisk, do *The Independent*. A imagem de uma cultura tecnologicamente superior, capaz de destruir os sanguinários e autoritários líderes do Oriente Médio é contrastada com a barbárie da guerra. A Folha mostrou-se contrária às ofensivas bélicas norte-americanas também em seus editoriais.

A percepção de que a administração George Walker Bush violou regras básicas de comportamento não é apenas dos franceses ou das massas que se manifestam, dia sim, outro também, nas ruas de incontáveis cidades do mundo. Está presente até no Departamento de Estado, do que dá forte testemunho a carta de renúncia ao serviço diplomático encaminhada ao secretário Colin Powell por John Brady Kiesling, conselheiro político da embaixada dos Estados Unidos em Atenas até o dia 7 deste mês. (27 de março de 2003)

Segundo Pinheiro, entre os dias 18 e 24 de março de 2003, a Folha publicou 150 notícias sobre a guerra. Enquanto as reportagens de Dávila tiveram 69% de enquadramento humano⁴, os materiais enviados pelas agências perfazem apenas 12% do mesmo enquadramento. O enquadramento político detém 70% das notícias publicadas nesse período. As entrevistas apontam 100% do mesmo enquadramento, 20% a mais que as 36 notas jornalísticas. Já as reportagens assinadas por repórteres da Folha de São Paulo tiveram quase 1/3 de enquadramento humano.

Iraque ocupado: ênfase no enquadramento humano

Diferente do que ocorrera durante o conflito bélico, quando prevalecem os enquadramentos político e militar, a cobertura ocupação americana no Iraque é marcada pela emergência dos atentados terroristas contra tropas e alvos civis. No período de 02 de abril a 23 de dezembro de 2003 foram contabilizadas 62 notícias publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo referentes a atentados no país. A análise, que não segue uma ordem cronológica diária, identifica que destas 54 são materiais das agências compilados pela redação, 4 reproduções integrais do The New York Times e da agência Reuters, além de um artigo opinativo.

A ênfase no humano, enquadramento que teoricamente também ancoraria a cobertura de guerra, é tradicional nas notícias de atentados. Mesmo não podendo reduzir o terrorismo a um ato de comunicação (Alsina, 1995), o atentado tem em si características que provocam a atenção da mídia: a) Ruptura da imprevisível da regularidade da vida cotidiana; b) atos rápidos e pontuais; c) produz respostas, com a promoção de novos acontecimentos, com declarações de políticos, condenações; e d) tende ao espetacular, dependendo das vítimas e dos danos causados. Os atentados têm, portanto, todos os

⁴ Os tipos de enquadramentos selecionados foram baseados na análise feita por Aldé (2004): a) O enquadramento militar ou belicista, centrado nas táticas e estratégias de guerra, nos arsenais e equipamentos, foi o que enfatizou as informações sobre armamentos, trajetórias, mapas, manobras, movimentos, comparação de forças etc. Trata-se de uma perspectiva naturalmente atraente para os meios de comunicação de massa, dada a carga dramática e imagética de qualquer conflito, e portanto é previsível que seja um dos enquadramentos mais recorrentes. b) O enquadramento econômico, por sua vez, aponta para as eventuais motivações econômicas da guerra, e para as possíveis consequências da derrota e ocupação do país inimigo. No caso do Iraque, este enquadramento permitiu uma perspectiva crítica, desde o momento em que boa parte da cobertura apontou as motivações energéticas da guerra, o interesse americano nas reservas petrolíferas do Iraque. c) O enquadramento humanista concentra-se nos efeitos da guerra sobre as populações submetidas, nas perdas humanas e na destruição civil. d) O enquadramento político aponta para os significados públicos da guerra, o processo de tomada de decisões e exercício do poder, com suas relações de alianças e repúdios, e seus efeitos para a ordem internacional.

ingredientes da notícia: violência, política e teatralização. Podendo servir para fins comerciais e políticos.

Na realidade, a explosão do ato terrorista condiciona o jornalismo a tentar compreendê-lo na sua singularidade, no centro, no epicentro do fenômeno. A violência, a morte conduz as notícias para os danos causados às vítimas, a destruição e as perdas materiais. A brutalidade prende o olhar do repórter que obcecado em compreender o fenômeno descreve de forma pormenorizada os efeitos, enquadram o sangue derramado. Desta forma, a cobertura de atentados é marcada por um primeiro momento de compreensão do fenômeno, seguido por um bombardeio de declarações oficiais de governos, partidos políticos e policiais. Neste contexto, o chamado terrorista dificilmente apresenta uma representação do ato. As interpretações e os discursos presentes são construídos pela mídia e pela política.

Alsina (1995) identificou os discursos sobre terrorismo em jurídico, patológico, político e militar. O discurso jurídico percebe-o como ato criminal, ilegal, associado ao indivíduo, sem causas, que passam a ser percebidos como delinquentes comuns, despolitizando-o. O patológico privatiza o terrorismo, no indivíduo, destaca o fator biológico, já que o terrorismo passa a ser um problema clínico, não social. Ele é irracional, fanático. O político define o terrorismo como violência política, dessa forma as ações terroristas são motivadas politicamente, assim a solução para o terrorismo passa pela negociação política. A violência é um instrumento, não o fim. O discurso Militar classifica o terrorismo como uma guerra, confere um status bélico, assim é visto como uma forma de guerra.

Encontramos também o discurso Religioso⁵, caracterizado como violência religiosa, motivada pela Jihad, a guerra santa islâmica que luta pelo retorno das praticas mulçumanas do século VII, onde as leis seguidas são as prescritas pela *Shairá*, a lei sagrada do islamismo que tem base no Corão.

No período obtivemos um total de 38 notícias com enquadramento humano, 23 político e 3 militar. Não houve ocorrência de enquadramento militar. O atentado que vitimou o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, enviado especial da ONU ao Iraque, caracteriza bem esta perspectiva. A princípio a reportagem busca os detalhes da explosão, a quantidade de explosivos, as últimas palavras do diplomata, a condição humana. Na seqüência, os

⁵ Este discurso não é registrado por Alsina, visto que sua análise restringe-se aos atentados promovidos pelo Eta na Espanha, que apesar de ser inicialmente religioso, centrou sua ação na questão política, de criação do Estado Basco.

discursos ganham a cena. É, neste momento, que as falas ganham a cena: Bush “é um atentado contra o mundo civilizado”. Nos ataques a civis, a questão central é número de vítimas. A violência, a brutalidade será maior ou menor em função da quantidade. O enquadramento humano guia estas notícias e os discurso caracterizador é o patológico

Neste período um outro tipo de discurso também esteve presente na cobertura, o político.

Após o anúncio do termino oficial do conflito, uma nova forma de combate se estabeleceu no Iraque, a guerra de guerrilha. O conflito entre a resistência iraquiana e o exército da coalizão era visto como atentados contra as tropas estrangeiras. Cada embate, que atingiu uma média diária de 35 e provocou baixas consideráveis entre os americanos, eram enquadradas como uma guerra ilegítima, não como um confronto bélicas. As fontes oficiais do governo americanos que interpretaram o acontecimento, por sua vez, classificavam os soldados e guerrilheiros de terroristas e usavam do discurso da democracia, da libertação para deslegitimar a ação.

Quando a resistência passa a ser liderada por líderes religiosos e pela população comum, a questão islâmica eclode. O mundo parece não entender por que os sunitas protestam, pegam em armas, fazem atentados, quando, por décadas, fomos instados a acreditar que eram os xiitas os radicais. E por que xiitas não apóiam o governo americano, quando se esperava que fossem aceitar alegremente aqueles que depuseram seu algoz, Saddam Hussein? O deslocamento da cobertura para a questão religiosa, desconsiderava a emergência política, a resistência à ocupação pelos países estrangeiros, os antagonismos com o governo americano, independente da opressão de Saddam. Tudo resumia-se à religião.

Considerações Finais

A cobertura da Guerra do Iraque evidencia a necessidade de repensar o jornalismo em conflitos bélicos. Vários autores desconfiam se é possível realmente fugir do jornalismo patriótico, do *nós* contra *eles*, quando os soldados que representam sua nação estão no campo de batalha. Neste caso, os jornalistas aceitariam comodamente a medalha de grande arma ideológica, instrumentos de governos na intensificação da propaganda de guerra, desviando o olhar para o poder destrutivo dos armamentos e para aparições dos governantes portadores de discursos, que buscam ancorar-se em estereótipos sobre outros povos, nações, modos de vida e simplificações que apenas ajudam a difundir o

preconceito, as fobias e as tensões entre as culturas. Os jornalistas sabem. É próprio dos seus valores (ethos) e do conhecimento gerado pelo jornalismo, através captura da singularidade, que os acontecimentos não podiam ser desprezados em nome da ideologia da “guerra ao terrorismo”.

O modelo de cobertura de guerra, perpassado por interesses comerciais e políticos, reduz a capacidade do jornalismo em oferecer informações que sirvam de base para os cidadãos formarem sua opinião. Ao aceitar imagens e textos puramente propagandístico como verdadeiros acontecimentos, o jornalismo dificulta a formação de uma cultura de aceitação do outro como seu contemporâneo, não inferior, mas diferente no seu modo de vida. Os jornalistas realizam uma extrema simplificação da religião, das reflexões teológicas, das divisões internas, da complexidade da história, das regiões, das culturas e dos movimentos políticos que existem nessa vasta região chamada de “mundo islâmico”, ocultando as grandes diferenças entre as sociedades e o Islã do Magreb (majoritariamente sufista e sunita), da península arábica (onde a Casa de Saud oficializou um Islã severo que deve seu nome a seu criador no século XVII – o wahabismo), dos territórios persas (majoritariamente xiitas), do sudeste asiático (majoritariamente sunita), da Ásia central (tradicionalmente sufista), e do subcontinente indiano, convidam os leitores a pensar este universo como “oriente médio”. Desta forma, coloca no mesmo lugar a questão palestina, os conflitos entre Índia e Paquistão e Terrorismo da Al Qaeda. O discurso patológico sobre o terrorismo esconde suas motivações políticas e todas as questões de fundo que ajudam a compreender a realidade daquele povo.

A cobertura da Folha avança ao desvincular-se, mesmo que parcialmente, da política externa americana, negando-se a ser porta-voz dos interesses do governo Bush. Ou seja, em termos políticos os veículos impressos brasileiros, a exceção de Veja, não aceitaram, como verdade, a propaganda de guerra como o fez boa parte dos jornais americanos e, praticamente, todos os jornalistas encaixotados.

A Guerra do Iraque e na posterior ocupação, no entanto, mostrou a necessidade de desfazer os estereótipos sobre os muçulmanos. Por exemplo, parece confuso que os xiitas, da noite para o dia, pudessem ser aliados, saindo da posição de extremistas, uma imagem extremamente difundida no Brasil. É necessário esclarecer, portanto, que nas divisões internas dentro do Islã, os **xiitas** não são os “radicais” e **sunitas** os

“moderados”, quando estas categorias nada têm a ver com radicalismo ou moderação (Bin Laden é sunita!). A diferença entre ambos está na importância dada ao Corão e à prática do profeta (*sunna*) como bases do direito. Também parece urgente retomar a cobertura para a questão humana. Não se justifica, pelas normas do jornalismo ocidental, que os atentados terroristas tenham enquadramento humano, enquanto a guerra, que possui dimensões mais amplas, este enquadramento desapareça, ou fique restrito a pequenas inserções dos veículos, perdendo espaço para detalhes dos armamentos ou do poderio de destruição das armas.

Bibliografia

- ALDÉ, Alessandra. **Mídia e guerra**: enquadramentos do Iraque. Texto apresentado no XIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), em junho de 2004. Disponível em (<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/alessandra2004.pdf>). Acesso (10.mai.2004).
- ALI, Tariq. **Confronto de fundamentalismos**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2002.
- Alsina, Miguel Rodrigo, *Los medios de comunicacion ante el terrorismo*, Barcelona, Icaria Editorial, 1995
- BIAGI, Orivaldo. **O imaginário e as guerras da imprensa**: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada “fase americana” (1964-1973). Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.
- DÁVILA Sérgio. **Diário de Bagdá**. São Paulo. DBA Artes Gráficas, 2003.
- DORNELES, Carlos. **Deus é inocente**, a imprensa, não. São Paulo: Globo, 2003.
- GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Tchê. 1977.
- GOMIS, Lorenzo. **Do importante ao interessante** – ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. In **Pauta Geral**: revista de jornalismo Ano 9, nº 4. Salvador: Calandra, 2002, Pp225-242.
- GOYZUETA, Verônica e OGIER, Thierry. **Guerra e Imprensa**: um olhar crítico da Guerra do Iraque. São Paulo: Summus, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: 1997 [1996]
- LEWIS, Bernard. **O que deu errado no Oriente Médio?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- LINS DA SILVA, Carlos E. **A mídia americana e o Iraque**: contradições. In *Política Externa*. São Paulo, Paz e Terra. Vol12, nº3. Dezembro/ Janeiro/Fevereiro 2003/2004. Pp.5-26.
- MUÑOZ, Gema Martín. **El estado Árabe. Crisis de legitimidad y contestación islamista**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1999.
- PITT, William Rivers. **Guerra contra o Iraque**. Ed. EuropaAmerica. Coleção biblioteca das idéias, 2003.
- PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. Trabalho apresentado no XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu/MG, 22 a 16 de outubro de 2002.
- QUEIROZ, Ana Virgínia Borges. **“A ocidentalização da informação”**. No prelo
- RODINSON, Máxime. **La fascination de l’Islam**. Paris: François Maspero, 1980.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento**. In: TRAQUINA, Nelson.(org.). *Jornalismo, questões, teorias e histórias*. Lisboa: Veja, 1993 pp. 27-33.
- RUITTIMANN, João Daniel. **“A sociedade da informação cobrindo o Oriente Médio”**. No prelo.



SILVA, Tiago Jones da. **“A folha de São Paulo e o mundo islâmico”** No prelo.

SOUSA, Jorge Pedro. **Notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. **A Guerra do golfo na imprensa portuguesa de grande expansão**. Disponível em www.bocc.ubi.pt. (Acesso em 20.set.2003).

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

VENABLE, Barry. **O Exército e a mídia**. Disponível em www.leavenworth.army.mil/milrev/download/portuguese/3rdqQth02/venable.pdf. Acesso em 26.03.04.